

INTERNACIONAL



Nesta seção um informe analítico sobre as eleições espanhola, indiana, australiana e do Parlamento Europeu.

Eleições parlamentares pelo mundo nos últimos 30 dias

Espanha

Das 350 cadeiras em disputa na eleição parlamentar da Espanha no dia 28 de abril, a soma dos votos de diferentes partidos de esquerda (Psoe, Unidas – Podemos e partidos regionais) foi majoritária, dando-lhes em torno de 180 assentos no parlamento. O grande derrotado foi o Partido Popular (PP) que, com 66 deputados eleitos, perdeu metade dos deputados que tinha (135). Isso devido ao seu envolvimento em corrupção, que lhe rendera desconfiança em 2018, afastando-o da Presidência do governo e dando lugar ao Psoe. Além disso, sua ala de extrema direita criou o partido VOX, que ingressou no Parlamento pela primeira vez com 24 deputados.

O único partido que pode viabilizar um novo governo é o Psoe, pois a soma de todos os deputados dos partidos de direita (PP, Ciudadanos e VOX) não alcança metade mais um dos assentos no Parlamento. O líder do partido, Pedro Sanchez, tentará compor um governo com a maioria de esquerda que foi alcançada, mas para isso necessita no mínimo de 176 deputados (50% + 1). O líder da coalizão da Izquierda Unida com o Podemos (Unidas – Podemos),

Pablo Iglesias, sinalizou a disposição de participar do governo, o que representaria somente 165 deputados. A maior dificuldade estaria em trazer partidos regionais para a coalizão. A preocupação de que o Psoe pudesse compor um governo com o Ciudadanos, que cresceu na eleição de 32 para 57 deputados, foi descartada pela militância socialista e pelo presidente deste último, que declarou que o Ciudadanos será oposição ao governo do Psoe.

Foi o voto dos partidos regionais que possibilitou a maioria parlamentar para afastar o PP do governo no ano passado, mas foi também o voto contrário destes mesmos partidos que obrigou o presidente Pedro Sanchez a antecipar as eleições para este ano, ao votarem contra o orçamento que o Psoe havia apresentado. Considerando ainda que alguns dos atuais onze políticos catalães que estão presos devido ao envolvimento na campanha pela independência da Catalunha foram agora eleitos deputados, o tema da autonomia das regiões deverá esquentar nas negociações, embora Pedro Sanchez tenha dito na campanha eleitoral que “não é não” em relação à realização de um plebiscito sobre a in-

dependência da Catalunha. Outra possibilidade seria um governo de minoria Psoe e Unidas Podemos com o voto favorável de partidos regionais, como Esquerda Republicana Catalana, que elegeu quinze deputados sem que participe do governo.

No entanto, nada será resolvido até sair o resultado das eleições municipais, do Parlamento Europeu e de alguns governos autônomos que ocorreram no dia 26 de maio. Os primeiros resultados apontam para um bom desempenho do Psoe, que obteve 32,8% dos votos para o Parlamento Europeu contra o PP em segundo, com 20,1%. Porém, a direita, com o PP à frente, retornou à prefeitura de Madrid.

Índia

Nas eleições parlamentares da Índia, cerca de novecentos milhões de pessoas têm direito a voto. A câmara de deputados é composta por 543 parlamentares e o voto é distrital, sendo eleito o deputado com mais votos em cada um deles. Neste ano, o comparecimento do eleitorado foi de 65% ao longo das sete fases, entre 11 de abril e 19 de maio, quando a eleição se desenvolveu.

A oposição ao atual governo do primeiro-ministro Narendra Modi, da coalizão Aliança Nacional Democrática, de direita, dirigida pelo seu Partido Bharatiya Janata (BJP), representada principalmente pelo Partido do Congresso Nacional Indiano (INC), esperava vencer devido ao mau desempenho da economia, com uma taxa de desemprego de quase 8%, a maior em 45 anos, e por ter vencido algumas eleições estaduais importantes no final de 2018. No entanto, terminou como o grande derrotado ao perder cerca de cem cadeiras e cair para 52 deputados eleitos, embora ainda seja o segundo partido do país.

O BJP cresceu na votação em comparação com 2014, quando assumiu o governo, e elegeu 303 deputados, o que até lhe permitiria governar sozinho, coisa que não ocorria na Índia há mais de cinquenta anos. Porém, a Aliança deverá somar em torno de 350 deputados ao incluir cerca de quarenta membros de outros partidos menores.

A explicação para esta vitória de Modi estaria na posição nacionalista e agressiva que assumiu quando pouco antes da eleição mandou bombardear um

acampamento de um grupo paramilitar muçulmano no Paquistão, que teria detonado uma bomba matando dezenas de indianos na Caxemira, território em disputa entre os dois países. Mesmo diante dos problemas econômicos da Índia, a maioria dos eleitores não quis arriscar e promover mudanças de rumo.

Além disso, Modi é um bom comunicador e explorou bem o desgaste da dinastia Gandhi, que dirige o Partido do Congresso há décadas. Na campanha eleitoral, chamava Rahul Gandhi, neto de Indira Gandhi e presidente do INC, de burro e corrupto. Sua campanha também contou com a utilização de “Big Data” para dirigir o conteúdo mais adequado nas mensagens nas redes sociais e disparos de whatsapp, o que foi decisivo, pois cerca de seiscentos milhões de indianos têm acesso à internet. *Fake news* também não faltaram como, por exemplo, a divulgação que a população muçulmana na Índia dobraria em poucos anos, embora isso seja impossível ao representar apenas 16% da população atual. Porém, isso ajudou a acirrar o sentimento nacionalista e religioso.

Portanto, as políticas neoliberais continuarão na Índia, apesar das consequências graves que têm provocado na economia. Além do crescimento da taxa de desemprego, houve retração na produção industrial e queda na renda dos agricultores devido à abertura econômica que Modi promoveu durante os últimos anos. Muito semelhante ao que ocorre no Brasil.

Austrália

No dia 18 de maio houve eleição para formar um novo governo na Austrália. Ao contrário do que apontavam as pesquisas durante a campanha, o atual primeiro-ministro, Scott Morrison, do Partido Liberal, conseguiu se reeleger obtendo a maioria das cadeiras no Congresso. Em segundo lugar ficou o Partido Trabalhista de Bill Shorten, que era o favorito.

Durante meses, as pesquisas de intenção de voto apontavam para a volta dos trabalhistas ao governo depois de seis anos, mas, nos dias anteriores ao pleito, a margem de diferença entre esses e a coalizão de direita entre os liberais e nacionalistas liderada por Morrison foi se estreitando. O discurso trabalhista tentou desconstruir os liberais, afirmando

que eles governam para as elites e não para toda a população, e apostou em uma agenda progressista. Já Morrison passou a campanha atacando os trabalhistas, categorizando os projetos apresentados pelo adversário como irresponsáveis. No final os australianos votaram por um caminho cauteloso, de manutenção do status quo. Morrison agradeceu sua vitória aos “australianos silenciosos”.

Mesmo tendo sido parabenizado por Donald Trump e Jair Bolsonaro, Morrison não apresentou uma plataforma intolerante com as minorias como os dois primeiros. Na realidade, outras duas questões tiveram papel importante e deverão estar no radar com a manutenção da direita no governo: as políticas sobre mudanças climáticas e o relacionamento da Austrália com a China e os Estados Unidos.

Em relação à primeira, durante a campanha eleitoral, ambos lados foram criticados pelos eleitores. Os trabalhistas aprovaram em 2012 um imposto sobre as emissões de CO₂, o que não foi bem recebido por parte do eleitorado, enquanto, no outro lado, a coalizão de direita foi criticada por apoiar o uso de carvão para gerar energia. Frente às críticas, Morrison propôs reduzir em até 28% as emissões de gases poluentes até 2030.

As relações com a China deverão continuar estremitadas. A coalizão que se reelegeu se alinha claramente com os Estados Unidos de Trump e seu projeto de política externa. O governo australiano reconheceu, no final do ano passado, Jerusalém como capital de Israel e, em 2017, acatou recomendação americana e proibiu a chinesa Huawei de instalar a tecnologia 5G no país, alegando que isso poderia comprometer a segurança nacional. Apesar disso, a China continua sendo o maior mercado para as exportações australianas o que, eventualmente, pode ser um ponto de enfraquecimento do governo.

Parlamento Europeu

As eleições para eleger os 751 deputados que compõem o Parlamento Europeu ocorreram entre os dias 23 e 26 de maio e tiveram uma participação

de aproximadamente 51% do eleitorado, cerca de 5% a mais do que em 2014. O Parlamento funciona por meio de blocos partidários e, pela quinta vez seguida, o mais votado foi o EPP (Europa Popular), composto por partidos democratas cristãos e conservadores de centro direita com 179 cadeiras (23,8%). Em segundo lugar, veio novamente o bloco social democrata, com 150 cadeiras (20%). Porém, ambos perderam votos em comparação com cinco anos atrás e terão que compor com outros blocos para definir a futura Comissão Europeia.

Estes poderão ser o bloco liberal que chegou em terceiro lugar com 107 eurodeputados (14,2%) e, de quebra, também incluir o bloco dos verdes, que obteve setenta cadeiras (9,3%). Estes dois grupos ampliaram sua presença em relação à eleição de 2014.

A esquerda representada pelo GUE/NGL (Esquerda mais os verdes nórdicos) elegeu 38 deputados (5,1%). A extrema direita cresceu um pouco ao eleger 58 parlamentares, mas a soma deles e outros eurocéticos ficou em torno de 25% do Parlamento Europeu, insuficiente para obstruir decisões.

Além do debate sobre a composição da Comissão Europeia, que tem dois candidatos prévios, o alemão Manfred Weber do EPP e o holandês social democrata, Frans Timmermans, os partidos também avaliam o impacto do resultado no quadro político interno de cada país. Por exemplo, na França, o partido de extrema direita de Marine Le Pen venceu os liberais de Macron elegendo um deputado a mais, o que aponta para a continuidade da disputa entre eles. Na Dinamarca, o resultado confirmou a preferência do Partido Social Democrata, que deverá ser o mais votado nas eleições marcadas para o início de junho. Na Alemanha, o SPD chegou em terceiro, ultrapassado pelos verdes, e o AfD de extrema direita venceu em três estados onde haverá eleições este ano. Na Inglaterra, os maiores partidos, Conservadore e Trabalhista, foram derrotados pelo Partido do Brexit (extrema direita) e pelos liberais. Na Grécia, o Syriza, que está no governo, perdeu para a direita representada pela Nova Democracia, e o primeiro ministro Alexis Tsipras fala em antecipar as eleições nacionais.